

PLANEJAMENTO DAS

AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

2025



COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO

TRE | AMAPÁ



PROJETO INTERATIVO





Marcella Peixoto Smith, Juíza Eleitoral
Presidente



Militão Pereira Sousa, Técnico Judiciário, representante da Acessibilidade e Inclusão
Secretário Executivo

Antônio Jamerson Mendes da Rocha Cortes, Analista Judiciário
Representante da Secretaria de Gestão de Pessoas

Helder da Costa Andrade, Técnico Judiciário
Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação

Adson Cardoso Monteiro, Analista Judiciário
Representante do Setor de Engenharia e Arquitetura

Alessandra Gusmão Trajano de Araújo, Analista Judiciário
Representante do Laboratório de Inovação

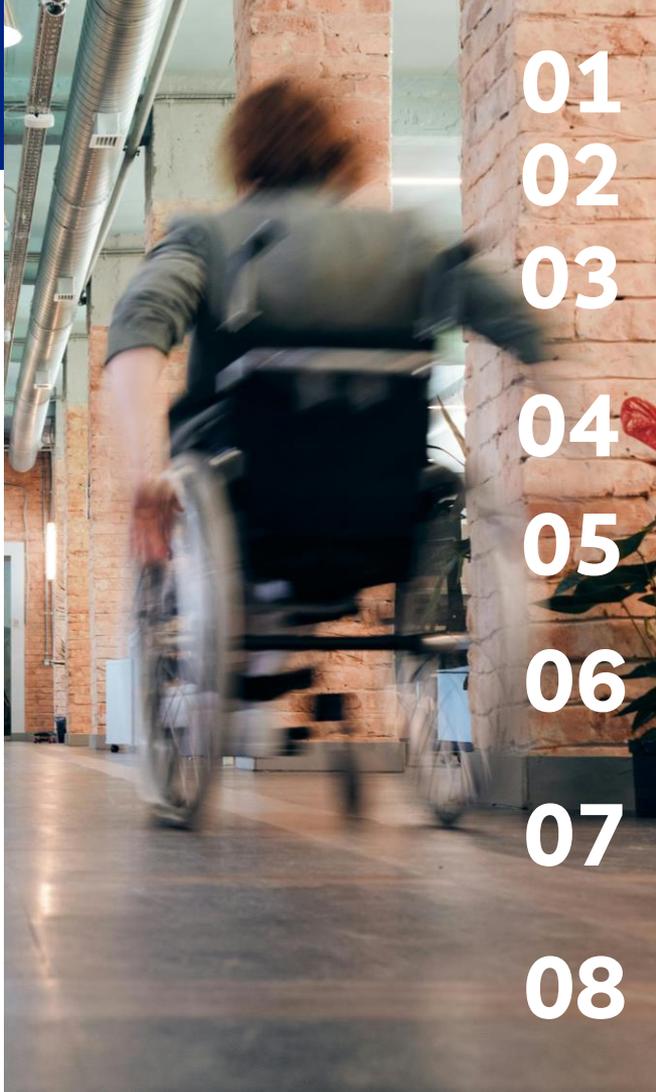
Francisco das Chagas Serafim Sousa, Analista Judiciário
Representante das Zonas Eleitorais

Patrick Dayan Guimarães Pinto, Analista Judiciário
Representante da Assessoria de Planejamento, Gestão, Inovação e Sustentabilidade

Leonardo Piovesano da Luz, Técnico Judiciário
Representante do Núcleo de Sustentabilidade (Membro);



TRIBUNAL REGIONAL DO AMAPÁ
JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAPÁ



01

INTRODUÇÃO

02

OBJETIVOS

03

AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO
GESTÃO DE ACESSIBILIDADE INCLUSÃO

AÇÕES

04

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

AÇÕES

05

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

AÇÕES

06

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

AÇÕES

07

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA
E URBANÍSTICAS

AÇÕES

08

CONCLUSÃO



SUMÁRIO



INTRODUÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), comprometeu-se com a promoção da acessibilidade e inclusão, adota este Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão como ferramenta estratégica para garantir a participação plena e equitativa de todas as pessoas, incluindo servidores(as), magistrados(as), colaboradores(as) e o público em geral.

Este planejamento está alinhado à Resolução CNJ nº 401/2021, que estabelece diretrizes para a acessibilidade e inclusão no Poder Judiciário. Dessa forma, o TRE-AP busca não apenas atender aos critérios normativos, mas também fortalecer sua política institucional de acessibilidade e inclusão.





O plano foi estruturado considerando cinco dimensões essenciais de acessibilidade:

GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO – Implementação de governança acessível e criação de mecanismos para monitoramento e aprimoramento contínuo.

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS – Garantia de que os serviços prestados sejam plenamente acessíveis e adequados às necessidades de todas as pessoas.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL – Promoção da inclusão por meio de Libras, audiodescrição, Linguagem Simples e outros recursos acessíveis.

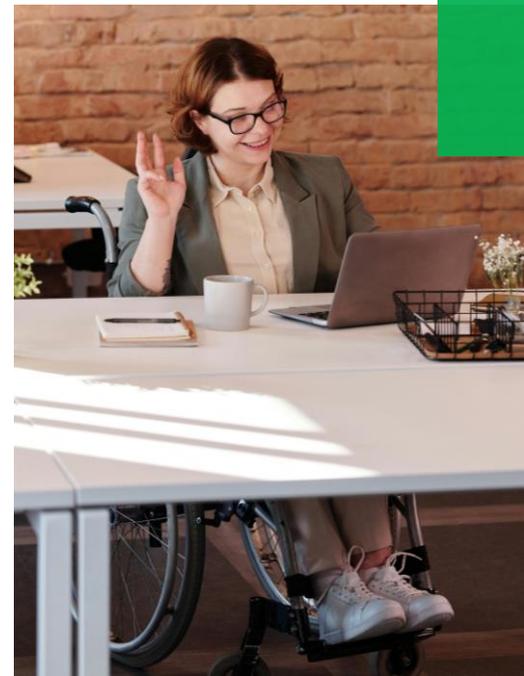
ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA – Modernização dos sistemas digitais para garantir acessibilidade web e o uso de tecnologias assistivas.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA – Eliminação de barreiras físicas nos prédios do TRE-AP, garantindo a mobilidade e segurança de todas as pessoas.



Além dessas dimensões, o plano contempla eventos, comunicação, capacitação de servidores(as) e adaptações físicas e digitais, garantindo um ambiente institucional acessível e inclusivo.

Com a implementação deste plano, o TRE-AP ratifica seu compromisso com a equidade e com a construção de uma Justiça Eleitoral mais acessível, garantindo que todas as pessoas possam exercer plenamente seus direitos de participação e acesso aos serviços eleitorais.





Implementar governança inclusiva, garantindo que a acessibilidade seja um princípio central da gestão do TRE-AP.

Adequar os serviços prestados, garantindo acesso pleno e atendimento adequado a todas as pessoas.

Fortalecer a comunicação acessível, promovendo Libras, legendas, audiodescrição e Linguagem Simples.

Modernizar a tecnologia, garantindo acessibilidade digital e inclusão de pessoas com deficiência.

Adaptar a estrutura física e digital, eliminando barreiras e garantindo mobilidade e usabilidade.

OBJETIVOS





AÇÕES DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

GESTÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A gestão da acessibilidade e inclusão no TRE-AP é essencial para garantir que as ações sejam eficazes e sustentáveis a longo prazo. Essa dimensão estabelece uma governança institucional estruturada e a acessibilidade como princípio fundamental na administração do tribunal.



AÇÕES

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Elaborar um diagnóstico de acessibilidade institucional.	identificar barreiras físicas, digitais e comunicacionais no TRE-AP.	Publicar diagnóstico até dezembro de 2025.	01/03/2025	30/11/2025	Comissão de Acessibilidade e Inclusão	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Criar um Plano de Acessibilidade e Inclusão de longo prazo.	Definir diretrizes estratégicas para acessibilidade nos próximos 5 anos.	Publicação do plano até setembro de 2025.	01/02/2025	31/08/2025	Assessoria de Planejamento, Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ASPLAN)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Incluir critérios de acessibilidade em contratos e licitações	Garantir que as contratações considerem requisitos de acessibilidade.	Aplicação da exigência em todos os contratos até dezembro de 2025.	01/01/2025	31/05/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SÃO)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Criar reserva de 5% das vagas para pessoas com deficiência na ocupação de cargos em comissão e cargos de confiança.	Promover inclusão e equidade na ocupação de cargos de liderança no TRE-AP.	Implementação gradual a partir de janeiro de 2025.	01/01/2025	31/12/2025	Presidência	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Ampliar o número de colaboradores e estagiários com deficiência (PCDs).	Aumentar a representatividade dos PCDs no quadro funcional do TRE-AP.	Ampliar a participação em 5% até dezembro de 2026.	01/03/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SÃO). Escola Judiciária Eleitoral (EJE).	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Criar indicadores para monitoramento das ações de acessibilidade.	Garantir acompanhamento dos avanços em acessibilidade.	Implementação até setembro de 2025.	01/06/2025	30/09/2025	Assessoria de Planejamento, Gestão, Inovação e Sustentabilidade (ASPLAN).	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.

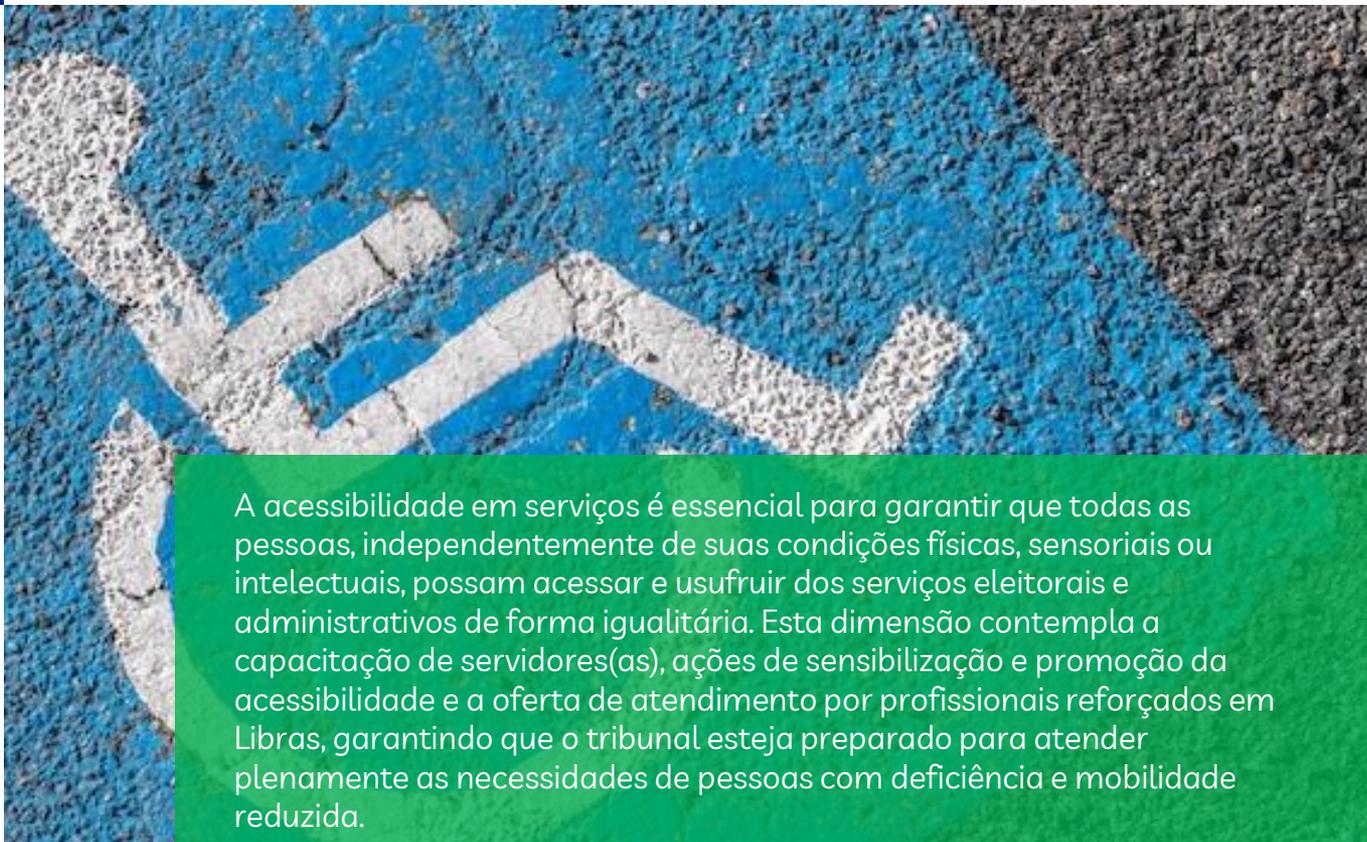




A verdadeira inclusão não é um favor, mas um direito. Acessibilidade não é sobre adaptar espaços, e sim sobre construir um mundo onde todos possam caminhar com igualdade.

AUTOR DESCONHECIDO





A acessibilidade em serviços é essencial para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais, possam acessar e usufruir dos serviços eleitorais e administrativos de forma igualitária. Esta dimensão contempla a capacitação de servidores(as), ações de sensibilização e promoção da acessibilidade e a oferta de atendimento por profissionais reforçados em Libras, garantindo que o tribunal esteja preparado para atender plenamente as necessidades de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS



AÇÕES

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Capacitar servidores(as) em atendimento inclusivo e acessível.	Qualificar equipes para atendimento adequado a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos.	Capacitar 60% dos servidores(as) de atendimento até dezembro de 2025	01/03/2025	30/11/2025	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Recursos da própria unidade. Custo adicional de R\$ 15.000,00.
Oferecer capacitação em Libras para atendimento ao público.	Garantir que dois servidores(as) por unidade tenham formação em Libras.	Formação de servidores(as) em Libras até dezembro de 2025.	01/04/2025	31/12/2025	Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Recursos da própria unidade. Custo adicional de R\$ 4.000,00.
Realizar eventos e campanhas internas sobre acessibilidade e inclusão	Conscientizar magistrados(as), servidores(as) e colaboradores(as) sobre a importância da acessibilidade e inclusão.	Realizar, no mínimo 3, eventos de acessibilidade e inclusão e promover campanhas, no mínimo mensal, de sensibilização e conscientização.	01/02/2025	31/12/2025	Assessoria de Comunicação (ASCOM) e Escola Judiciária Eleitoral (EJE)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Garantir que contratos de serviços terceirizados incluam profissionais aptos em Libras	Assegurar atendimento acessível a pessoas surdas.	Inserir a exigência de profissionais capacitados em Libras nos postos de atendimento ao público externo.	01/03/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)	Recursos da própria unidade. Avaliar a necessidade de custos adicionais nos contratos existentes.





ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

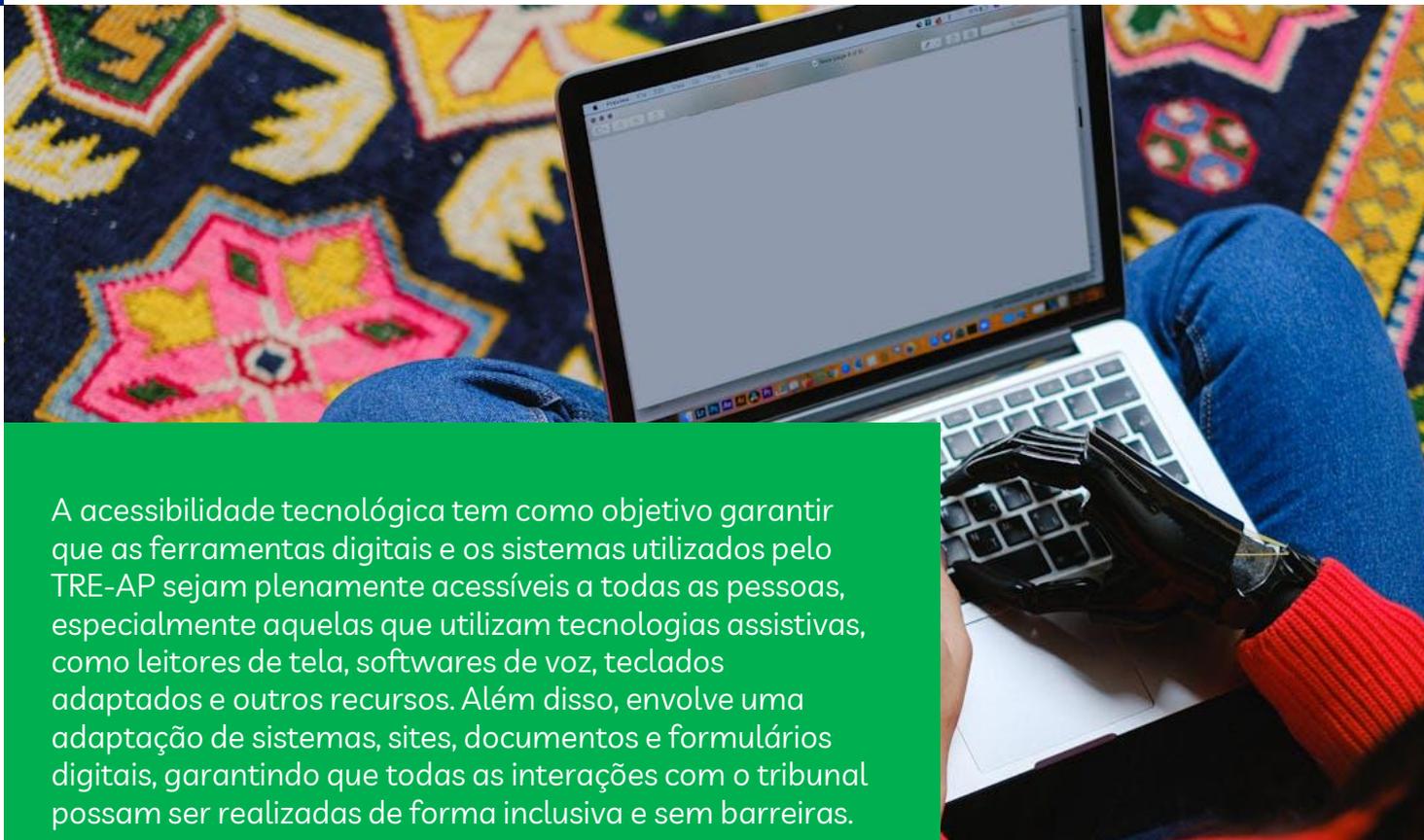
A acessibilidade comunicacional visa garantir que todas as pessoas tenham acesso à informação de maneira clara, compreensível e inclusiva, por meio de vídeos acessíveis, materiais jornalísticos adaptados, eventos com recursos de acessibilidade e comunicação institucional inclusiva.



AÇÕES

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Produção de vídeos institucionais acessíveis (legendas, janela de Libras e audiodescrição).	Ampliar o acesso ao conteúdo audiovisual do TRE-AP para pessoas com deficiência auditiva e visual.	Produzir 100% dos vídeos institucionais com recursos de acessibilidade.	01/01/2025	31/12/2025	Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Criação de um guia interno de comunicação acessível.	Estabelecer diretrizes para a produção de conteúdos institucionais acessíveis, garantindo clareza e inclusão.	Publicação do guia até julho de 2025.	01/01/2025	31/07/2025	Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Garantia de comunicação acessível em eventos institucionais (presenciais e virtuais).	Garantir que todas as pessoas, independentemente de suas necessidades específicas, possam participar dos eventos do TRE-AP.	Manter 100% dos eventos institucionais acessíveis até 2025.	01/01/2025	31/12/2025	Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Publicação de materiais jornalísticos acessíveis no site do TRE-AP.	Garantir que todas as notícias e comunicados institucionais sejam compreensíveis e acessíveis a diferentes públicos.	Publicar 100% das matérias jornalísticas no site do TRE-AP com descrição de imagens, transcrição textual, Libras e audiodescrição.	01/01/2025	31/12/2025	Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.





A acessibilidade tecnológica tem como objetivo garantir que as ferramentas digitais e os sistemas utilizados pelo TRE-AP sejam plenamente acessíveis a todas as pessoas, especialmente aquelas que utilizam tecnologias assistivas, como leitores de tela, softwares de voz, teclados adaptados e outros recursos. Além disso, envolve uma adaptação de sistemas, sites, documentos e formulários digitais, garantindo que todas as interações com o tribunal possam ser realizadas de forma inclusiva e sem barreiras.

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA



AÇÕES

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Desenvolvimento de um assistente virtual inclusivo.	Criar um chatbot com suporte a Libras e comandos de voz para atendimento acessível	implementação do assistente virtual para atendimento.	01/02/2025	30/10/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Adaptação digital de formulários e documentos.	Garantir que formulários, PDF's e outros documentos sejam compatíveis com leitores de tela e outras tecnologias assistivas	Adaptar 100% dos documentos do portal da Transparência.	01/02/2025	31/12/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Adequação do site institucional e sistemas do TRE-AP para acessibilidade digital.	Tornar as plataformas digitais acessíveis para pessoas com deficiência visual, auditiva e motora.	Garantir 100% de conformidade com as diretrizes internacionais de acessibilidade digital até 2025.	01/02/2025	30/10/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Recursos da própria unidade. Sem necessidade de recursos adicionais.
Capacitação de servidores(as) em acessibilidade digital.	Garantir a capacitação de servidores(as) e colaboradores(as).	Capacitar 100% dos servidores(as) de TI e comunicação até 2025.	01/01/2025	31/12/2025	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Recursos da própria unidade. Custo adicional de R\$ 3.000,00.





ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA e URBANÍSTICA

A acessibilidade arquitetônica e urbanística tem como objetivo garantir que todos os espaços físicos do TRE-AP sejam plenamente acessíveis para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Isso inclui a adaptação de edifícios, móveis, sinalização e áreas externas.



AÇÕES

AÇÃO	OBJETIVO	META	CRONOGRAMA		UNIDADE RESPONSÁVEL	RECURSOS NECESSÁRIOS
			INÍCIO	FINAL		
Realizar diagnóstico de acessibilidade nos prédios do TRE-AP (Sede e Zonas Eleitorais).	identificar barreiras físicas e urbanísticas.	Publicar relatório até maio de 2025.	01/02/2025	31/05/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SAO) e Comissão de Acessibilidade	Recursos da própria unidade. Custos adicionais de 15.000,00 com pagamento de diárias.
Adequação das calçadas e acessos às unidades do TRE-AP.	Garantir que as vias de acesso aos prédios tenham rampas e pisos táteis conforme normas de acessibilidade.	Implementação em 80% dos prédios até dezembro de 2025	01/02/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)	Realizar o levantamento dos custos necessários.
Instalação de mobiliário acessível em locais de atendimento ao público.	Garantir conforto e acessibilidade em atendimentos presenciais.	Implementação em até 50% dos locais de atendimento até dezembro de 2025.	01/02/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)	Realizar o levantamento dos custos necessários.
Instalação de dispositivos de acessibilidade em elevadores e escadas.	Garantir que as acomodações dentro dos prédios do TRE-AP sejam seguras e acessíveis.	Implementação até dezembro 2025.	01/01/2025	31/12/2025	Secretaria de Administração e Orçamento (SAO)	Realizar o levantamento dos custos necessários.





O Plano de Ações de Acessibilidade e Inclusão do TRE-AP para o exercício de 2025 estabelece diretrizes estratégicas e operacionais para garantir a acessibilidade plena em todas as esferas do tribunal. A implementação dessas ações consolida o compromisso do TRE-AP com a inclusão, equidade e transparência, estabelecendo a acessibilidade como um princípio central da gestão institucional. O plano foi estruturado em cinco dimensões essenciais, contemplando desde a gestão da acessibilidade até as adaptações arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas e os serviços prestados. Para cada dimensão, foram definidas ações concretas, metas, prazos e unidades responsáveis, garantindo um planejamento detalhado e monitorável. A acessibilidade não deve ser vista apenas como uma exigência normativa, mas sim como um compromisso ético, social e institucional. Ao promover a capacitação de magistrados(as) e servidores(as), a modernização tecnológica, a adaptação de ambientes físicos e a eliminação de barreiras nos serviços eleitorais, o TRE-AP se posiciona como referência na promoção da inclusão no Poder Judiciário. Por meio deste planejamento, o TRE-AP reafirma seu papel como um tribunal acessível, inovador e comprometido com a construção de uma Justiça Eleitoral verdadeiramente democrática, garantindo que todas as pessoas possam exercer seus direitos com dignidade, autonomia e igualdade de condições.

CONCLUSÃO





COMISSÃO DE
ACESSIBILIDADE
E INCLUSÃO

TRE | AMAPÁ

OBRIGADO!

asplan@tre-ap.jus.br
55 (96) 98109-4083



Site



Email

